



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O SR. IBSEN PINHEIRO (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a série de manifestações que sucederam nas tribunas desta Câmara constituem, por si só, o depoimento mais valioso a respeito da qualificação, da isenção e da correção do trabalho que vem desenvolvendo o Constituinte Bernardo Cabral.

Todos os partidos representados neste Plenário por suas lideranças manifestaram hoje irrestrita solidariedade ao Relator da Comissão de Sistematização, e o fizeram em termos que deixam claro que não necessariamente endossam os dispositivos ou os conceitos que contém o Substitutivo do Sr. Relator-Geral, mas, sim, testemunham o critério correto, honesto e isento com que se tem conduzido S. Ex^a. Basta olhar, lançar uma vista de olhos sobre o seu gabinete de trabalho, sobre aquele acampamento de trabalho — talvez seja melhor dizer assim — onde, informalmente, homens e mulheres de todos os partidos, com indêntico tratamento, têm acesso ao Relator-Geral para contribuir, criticar e colaborar no processo de elaboração constitucional. Qualquer um que tenha freqüentado — e todos os Constituintes estão fazendo isso ocasional ou permanentemente — o gabinete do Sr. Relator-Geral — terá visto que lá não se distinguem siglas partidárias, que ao mesmo tempo em que ali estão relatores-adjuntos como Nelson Jobim, José Ignácio Ferreira, Fernando Henrique Cardoso, Wilson Martins, do PMDB, no mesmo passo e trabalhando com a mesma dedicação também se encontram homens como Vivaldo Barbosa, Maurício Corrêa, do PDT, Adolfo Oliveira, do PL, homens do PFL, do PDS, enfim de todos os partidos, fazendo aquilo que o povo nos ordenou, ou seja, que por cima das paixões e das diferenças partidárias, sem suprimi-las nem ignorá-las mas superando-as no trabalho comum, busquemos expressar a vontade da Nação brasileira. E o grande intérprete de todo esse trabalho de elaboração constitucional é o Constituinte Bernardo Cabral, que saiu eleito, como todos lembram, de um pleito que dividiu a bancada do PMDB em três partes quase iguais. E lá estão colaborando com S. Ex^a, na Comissão de Sistematização, o Deputado Pimenta da Veiga e o Senador Fernando Henrique Cardoso, este em caráter permanente, ambos a testemunhar sua capacidade de superação de conflitos como uma das qualidades mais apreciáveis para o desempenho da importante função. Embora seja homem de posições firmes e claras, o nobre Relator não tem feito delas fator de divisão. A contrário, seu temperamento ameno e sua conduta equilibrada têm aberto espaços para que todos os partidos políticos e, dentro desses partidos políticos, todas as tendências ideológicas busquem sua forma de expressão, para que, através do consenso, quando possível, e do voto, quando necessário ou mais adiante, consigamos cumprir a tarefa que nos outorgou o povo brasileiro.

Disse bem V. Ex^a, Sr. Presidente Ulysses Guimarães, à imprensa nacional: todas as manifestações convergem para a Assembléia Nacional Constituinte, porque ela é o estuário das diversas vontades que amanhã expressarão a vontade nacional. Mas V. Ex^a disse também que nada se sobreporá à Assembléia Nacional Constituinte, que nada a intimida nem intimidará. Penso que V. Ex^a, com serena firmeza, tenha colocado nos termos devidos o direito ou mesmo o dever que têm todos os cidadãos de participar do debate institucional que esta Assembléia está propiciando. Este direito, este dever, portanto, não se sonega aos cidadãos de responsabilidade. Mas proclama-se o direito, o dever da participação, desde que exercitado nos limites que todos devemos observar na Assembléia Nacional Constituinte, por prestação de honra que ela merece por representar a vontade soberana do povo brasileiro.

O nobre Relator, Deputado Bernardo Cabral, tem-se esmerado no desempenho de sua função com o apoio de V. Ex^a, Sr. Presidente Ulysses Guimarães, de todos os partidos políticos com assento nesta Casa — como se viu hoje — e de todas as tendências político-ideológicas. Isso acontece porque todos percebem que as agressões que se fazem ao trabalho de elaboração constitucional não decorrem — como dizia há pouco o Deputado Adolfo Oliveira — dos seus múltiplos e compreensíveis defeitos, mas de algumas claras virtudes que estão presentes no texto e expressam avanços significativos em nome da sociedade brasileira.

O registro que há pouco fazia, com a legitimidade da Liderança, o nobre Deputado Luiz Henrique, e que segundo, neste momento, também em nome da nossa bancada, é uma manifestação do sentimento unânime da Casa na voz de todas as Lideranças. Temos diffeenças, sim. Não as escondemos, antes as proclamamos.

E, não apesar delas, mas por causa delas, saberemos entender-nos em torno das questões decisivas para o povo brasileiro que mereçam estar no texto constitucional.

O respeito que o Deputado Bernardo Cabral tem grandeado no desempenho de sua alta função, somado à admiração e à alegria de muitos por sua volta a esta Casa, em função do seu passado de líder, de advogado e de homem público cassado pelo arbítrio, impõem-nos a todos consideração e estima. E estamos certos, Sr. Presidente Ulysses Guimarães, de que, sob o comando de V. Ex^a, sob a liderança dos partidos políticos aqui representados e pelo trabalho sério do Relator-Geral — e aqui contrário algumas expectativas pessimistas, feitas de encomenda — o povo brasileiro tem todo o direito de ser esperançoso e otimista quanto a seus Constituintes.

PUBL. DCN de 01/09/87
Pág. 2740 e 2741 Col. 2ª e 1ª



O SR. IBSEN PINHEIRO (PMDB — SC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, talvez seja esta primeira etapa do processo de elaboração constitucional que se possa definir como um remanso. O processo está fluindo em favor do Sr. Relator-Geral da Comissão de Sistematização, como se os demais Constituintes permanecessem em posição de expectativa. Isso propiciou a muitas condições de deslocarem-se até suas bases, mas propiciou-nos também um tempo para pensar, para analisar.

A Liderança do PMDB, na Câmara dos Deputados — integrada com as lideranças partidárias e demais lideranças da Casa — participou intensamente do processo nas Subcomissões e Comissões.

Penso, Sr. Presidente, que, a esta altura, é justo olhar para trás e constatar, em um balanço rápido, o quanto se fez naquele período. Foi um processo inteiramente novo, em que, pela primeira vez, a elaboração constitucional não começava por um projeto, sequer por uma idéia, senão a de que todos deveriam participar. E pagamos, por esta iniciativa única na história dos processos constitucionais, preços que considero válidos, Sr. Presidente, porque se, de um lado, tivemos dificuldades em função das diversas tendências ideológicas em confronto, por outro, tivemos também um valioso aprendizado. No interior das Subcomissões, idéias que se opunham radicalmente muitas vezes se anularam, deixando-nos um ensinamento. Agora, quando se inicia a elaboração do projeto para imediata tramitação, aproxima-se o momento de se buscar o eixo de gravidade da Casa.

As votações — nas Subcomissões e nas oito Comissões temáticas — ensinaram-nos a lição muito clara de que nenhum grupo ideológico escreverá a Constituição de 1987. Ou todos a escreverão, ou ela não será escrita. Ou encontramos o eixo de gravidade, o sentimento médio, a resultante de diversos vetores que aqui se encontram — e corresponderemos à confiança nacional — ou corremos o risco de exacerbar frustrações, surgidas quando se defrontam posições irredutíveis.

Estou convencido, Sr. Presidente, de que a experiência do PMDB na resistência ao autoritarismo haverá de ser valiosa para a Casa. Foi uma experiência que jamais se acumpliciou, se alinhou ou se omitiu diante das posições extremas. Antes, buscou reduzi-las aos esforços possíveis, na busca do eixo de gravidade do partido e, hoje, da Assembléia Nacional Constituinte.

Estou convencido e esperançoso, Sr. Presidente, de que as lições colhidas, ao longo dos meses de trabalho, possam nos dar a segurança de que o trabalho futuro, a se desenvolver na Comissão de sistematização e no Plenário desta Assembléia conduzam ao resultado que espera o povo brasileiro: uma Constituição moderna, progressista que seja um instrumento de avanços sociais e, ao mesmo tempo, fiadora da normalidade institucional, da preservação do tecido social e de valores que preexistem às nossas dificuldades e que sobrevivam a elas.